

O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa – as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades

Joaquim Pintassilgo*

O presente artigo tem como finalidade o estudo do papel do associativismo docente e da sua imprensa no que diz respeito à produção de representações sobre a profissão docente e respectiva identidade no âmbito dos professores do ensino secundário. As perguntas para as quais procuraremos obter respostas são as seguintes: Quais as crenças e valores que se procuram partilhar? Que tipo de associativismo docente se pretende concretizar? Quais as preocupações, reivindicações e formas de luta que são esboçadas? As principais fontes deste trabalho são as publicações periódicas das três associações com actividade no período republicano. Essas publicações são a *Revista do Ensino Médio e Profissional* (1913-1916), órgão da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais; a *Revista dos Liceus* (1916), órgão da Associação dos Professores dos Liceus do Norte; e o *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais* (1921-1927).

Palavras-chave

profissão; associação;
representações; identidade.

* Professor da Faculdade
de Ciências da
Universidade de Lisboa

Introdução

A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da actividade docente (Nóvoa, 1987). O associativismo docente propiciou, a par da imprensa pedagógica produzida por professores, o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade simbólica. Produzidas pelos porta-vozes do associativismo docente, ainda uma pequena elite da profissão, pretendia-se que as referidas concepções fossem apropriadas por sectores gradualmente mais amplos da classe.

O associativismo docente é, não obstante algumas iniciativas pioneiras, um fenómeno que se desenvolve fundamentalmente a partir da segunda metade de oitocentos. A primeira verdadeira associação de professores é a que foi criada em 1854 exactamente com esse nome, Associação de Professores, mantendo características essencialmente mutualistas. Curiosamente, este é um projecto dirigido a todos os professores, independentemente do grau de ensino, algo que não se repetirá muitas vezes no universo do associativismo docente subsequente. A gradual preponderância dos professores de instrução primária no seio da referida associação é bem um sinal das dificuldades em concretizar tal união de esforços. Nas décadas de transição do século XIX para o século XX serão, na verdade, os professores de instrução primária os grandes impulsionadores do associativismo docente, conduzindo à criação das primeiras organizações da classe tendo por base o grau de ensino (Nóvoa, 1987).

A primeira publicação a dar conta das posições próprias do professorado do ensino liceal é a *Revista dos Liceus*, surgida em 1891, sob a direcção inicial de M. Borges Grainha, professor do Liceu Central de Lisboa, e cuja publicação será interrompida em 1896 (Bento, 1973; Nóvoa, 1993). Ainda não está em causa, neste momento, a criação de uma associação de professores deste grau de ensino, mas antes o desenvolvimento de um trabalho de intervenção cultural e pedagógica a partir de um órgão encarregue de expressar publicamente as opiniões deste sector do professorado. Apesar do apelo explícito à união de todos os colegas, a ênfase é colocada na dimensão intelectual dessa união.

É em 1904 que nasce a primeira associação que se apresenta como representativa dos interesses deste sector do professorado, a Associação do Magistério Secundário Oficial, a qual publica, a partir desse mesmo ano, o *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*. A extinção da publicação no ano de 1908 corresponde, segundo Gomes Bento (1973), ao declínio da actividade da Associação, que só renascerá em 1911, já em plena República, inicialmente com outro nome, Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, dirigida a um público mais amplo, como a sua própria designação deixa entrever, e que publica, entre 1913

e 1916, o seu órgão próprio, a *Revista de Ensino Médio e Profissional*. O retorno ao nome original dá bem conta do falhanço de um projecto mais aglutinador e vem confirmar o carácter acentuadamente sectorial assumido pelo associativismo docente destes tempos. O aparecimento, em 1916, da Associação dos Professores dos Liceus do Norte que, ao longo desse mesmo ano, publica a *Revista dos Liceus* e, em 1919, da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais, que publica, entre 1921 e 1927, o respectivo *Boletim*, são uma inequívoca confirmação da tendência atrás enunciada.

Entretanto, no que diz respeito ao associativismo docente do ensino primário, o percurso é bem diferente. O período republicano representa uma fase de intensa actividade, ganhando o movimento um carácter cada vez mais sindical, paralelo a uma gradual radicalização ideológica. Na sequência de várias outras iniciativas forma-se em 1918 a União do Professorado Primário Português que foi, no dizer de Nóvoa (1987), “la plus importante organisation du mouvement syndical des enseignants portugais” (II, p. 707). O final da República e o início da Ditadura Militar representa uma fase negra para a União, que vê o seus dirigentes serem perseguidos, sendo ela própria dissolvida em 1927. Para os professores do ensino liceal, por paradoxal que possa parecer, esse período significou um ponto alto no seu percurso associativo e, simultaneamente, o seu ponto de recuo. É a época da realização, entre 1927 e 1931, de cinco congressos do ensino liceal (Bento, 1973; Resende, 2003), antecedida por intensa actividade associativa e pela fundação, a partir da iniciativa de professores do Liceu de Aveiro, da prestigiada revista *Labor* (Nóvoa, 1993). O contexto político vai tornar-se, no entanto, cada vez mais desfavorável; o facto do campo associativo estar dividido dificulta a resistência.

Durante o Estado Novo só será consentida, a este nível, a existência de um Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular, fundado em 1939 e que é integrado na orgânica corporativa do regime. O Sindicato publicará, entre 1958 e 1966, o *Boletim do Sindicato Nacional dos Professores* e desenvolverá, em particular nos anos 60, actividades tão interessantes como sejam a organização de uma biblioteca “profissional” e a realização de cursos de “aperfeiçoamento profissional” dinamizados por Rui Grácio (Pintassilgo, 2007). Os últimos anos do regime autoritário acabaram por assistir a um novo influxo do associativismo docente ao nível do ensino público, expresso pela vitalidade que acabou por caracterizar, não obstante o apadrinhamento oficial (em plena Reforma Veiga Simão), o 6º Congresso do Ensino Liceal, realizado em 1971 em Aveiro (Resende, 2003) e, também, pela amplitude assumida, a partir do ano lectivo de 1969/70, pelo movimento dos chamados Grupos de Estudo, que está na origem da publicação, com início em 1971, do emblemático boletim *O Professor* e da fundação, já em período democrático, de sindicatos de professores (Monteiro, 1970; Grácio, 1995-96; Ricardo, 2004; Tavares, 2004; Galeão, 2006).

Feita esta apresentação do percurso do associativismo docente, em particular no que se refere ao ensino secundário, convém sublinhar que este artigo se

insere num projecto mais global de estudo do referido associativismo no período que decorre, em traços gerais, entre o início do século XX e os anos 70 do mesmo século. Analisámos, num outro texto, o carácter da primeira experiência associativa, que decorreu entre 1904 e 1908, nos anos terminais da monarquia constitucional portuguesa (Pintassilgo, 2003), experiência essa muito marcada pelo que então designámos como sendo uma “identidade sectorial”, questão a que voltaremos. Vamo-nos centrar, neste caso, no associativismo docente desenvolvido durante o curto mas fértil (no que se refere às experiências associativas) período republicano.

O presente artigo continua a ter como propósito o estudo do papel do associativismo docente e da respectiva imprensa no que diz respeito à produção de representações sobre a profissão docente e respectiva identidade. Este trabalho de representação, a que se dedicou uma certa elite da classe, tornou-se uma condição essencial da construção moderna da profissão docente e teve implicações na maneira como interpretamos, ainda hoje, o que é ser professor (Resende, 2003). Se nos situamos no domínio das representações, é na consciência clara de que estas permitem, aos grupos que as produzem, não só a atribuição de sentidos à realidade social, mas também a reconstrução dessa mesma realidade, tornando-as parte dela. O exercício da profissão docente vai articular-se, gradualmente, com a assunção de determinadas crenças e de determinados valores, ao mesmo tempo que a pessoa do professor vai incorporando traços decorrentes do perfil imaginado pela comunidade em que, cada vez mais, se integra. As perguntas para as quais procuraremos obter respostas são, então, as seguintes: Quais as crenças e valores que se procuram partilhar? Que tipo de associativismo docente se pretende concretizar? Quais as preocupações, reivindicações e formas de luta então esboçadas?

As principais fontes deste trabalho são as publicações periódicas das três principais associações com actividade no período republicano. Essas publicações são, repetimo-lo, a *Revista do Ensino Médio e Profissional* (1913-1916), órgão da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, sucessora da já referida Associação do Magistério Secundário Oficial; a *Revista dos Liceus* (1916), órgão da Associação dos Professores dos Liceus do Norte; e o *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais* (1921-1927), que inclui no seu nome a associação de que é órgão. Em qualquer dos casos essas revistas são uma clara expressão da vida associativa, já que vão publicando os principais documentos produzidos nesse contexto, como estatutos, actas das sessões da Assembleia-Geral, corpos gerentes eleitos, listas de sócios, pareceres e necrologia.

A profissão e a sua legitimação social

Entendemos, no âmbito deste texto, a noção de profissão não como um ideal abstracto a ser atingido, mas como uma construção social e histórica, através

da qual foram sendo incorporadas, em momentos e com intensidades diferentes, diversas componentes, de entre as quais podemos destacar: o exercício de competências assentes num corpo sólido de conhecimentos; um percurso de formação relativamente longo e conducente a uma certificação; a crença na alta função social da ocupação; uma relativa autonomia no desempenho da mesma; e, ainda, um processo de socialização em determinados valores e normas de comportamento, sistematizado, por vezes, sob a forma de um código de conduta (Gordon, 1987).

São abundantes, nas publicações em questão, as referências à noção de profissão, nas suas diversas dimensões. A ideia de que os professores desempenham “uma missão superior” é constantemente reafirmada nos discursos dos professores¹, em articulação, muitas vezes, com a assunção da profissão como sacerdócio: “Sacerdote de religião verdadeira, missionário de missão sublime, o professor deve seguir serena e metodicamente o seu caminho e a esse caminho deve iluminá-lo a luz dum ideal”². Parece inquestionável a conotação religiosa das noções de missão e de sacerdócio e se, por um lado, elas decorrem das raízes religiosas do ofício, por outro, são usadas como uma estratégia tendo em vista a valorização simbólica da docência. O ideal que dá sentido à missão do professor tem no seu centro a figura do aluno e, em particular, da sua transformação por via da educação, contributo decisivo para a almejada transformação social. A finalidade explícita do trabalho do professor é a de “tornar as gerações futuras mais justas, mais sãs e mais fortes física, intelectual e moralmente”³ e, para isso, é necessário “fazer penetrar a luz da ciência nos seus [dos alunos] cérebros e os sentimentos dignos e honestos nos seus corações”⁴.

O ideal de formação integral que está subjacente a estas afirmações tem em vista o combate à “crise de carácter”, assumida como real, e o “ressurgimento de Portugal”, lugares-comuns permanentes do discurso pedagógico difundido na transição do século XIX para o século XX. Numa analogia que se tornou habitual na retórica de então, o professor é considerado “o obreiro da grande oficina onde se depura essa legião de trabalhadores” que constituem a principal riqueza da Pátria⁵. Para a consecução do referido ideal, a sua influência junto dos alunos deve ser global, sendo isso que justifica o recurso a expressões como mestre ou educador para caracterizar (e amplificar) o papel do professor: “O mestre que não seja um verdadeiro educador não é um professor ou, quando muito, é um mau professor”⁶, excerto que sublinha a tradicional vocação moral da figura do professor, apresentado, a este nível, desejavelmente como “um grande exemplo”⁷.

A conotação religiosa subjacente ao discurso dos professores sobre a profissão articula-se com a dimensão ética de que esta surge revestida. Mário de Vasconcelos e Sá, um dos articulistas da *Revista de Ensino Médio e Profissional*, afirma, a esse propósito, o seguinte: “Eu acostumei-me a olhar a profissão que abracei como a personificação do dever a cumprir e não como uma maneira fácil de ganhar muito dinheiro com pouco trabalho”⁸. O rigor posto no “cumprimento

dos deveres” tendo por base não meros “interesses pessoais” mas valores mais elevados é constantemente sublinhado. O fundamento é simultaneamente ético e profissional: “nós não precisamos que nos ensinem a cumprir os nossos deveres; nós somos professores, sabemos ensinar”⁹, afirmação que procura apresentar os professores como os verdadeiros especialistas da arte de ensinar, competência essa decorrente de um percurso de formação longo e exigente, algo característico das profissões, “depois de cursos dispendiosos e, muitas vezes, dum concurso difícilíssimo, e exercendo uma profissão que exige contínua aquisição de cultura”¹⁰, como nota na *Revista dos Liceus* o professor Basílio Vasconcelos, e, além disso, um trabalho constante que inclui não só as aulas, mas também a preparação em casa, a revisão do trabalho dos alunos, a presença nos conselhos escolares e de turma, etc. Como contraponto à figura do profissional, enobrecido pelo desempenho de uma missão e pela assunção de um compromisso ético, surge, com frequência, a figura do “vulgar assalariado, a quem mesquinamente remuneram hora a hora”¹¹.

Este despreendimento não pode, no entanto, ser levado até às últimas consequências. Se a analogia com o sacerdócio surge como funcional relativamente ao discurso dos professores, quando estes pretendem revestir a profissão de uma certa auréola religiosa, essa noção envolve riscos que convém evitar, designadamente o seu uso perverso por parte do poder político, como está subjacente ao tom irónico das palavras seguintes do professor Leite de Moura: “Ou a nossa profissão não fosse um sacerdócio, como é costume dizer nas sessões solenes; posto que devessem, talvez com mais propriedade, chamar-lhe um martírio”¹², martírio esse decorrente de “uma vida exaustiva de labor insano”, tendo como compensação uma “parca remuneração”, o que faz com que a docência seja encarada como uma “tão estiolante [sic] quão inglória carreira”¹³. É preciso, nas palavras de José Santa Rita, “que não se confunda a nossa dignidade profissional com a humildade do pedinte”¹⁴; a preservação do “prestígio” da profissão exige que os “interesses dos professores” sejam acautelados, interesses esses que passam, recenseando as principais referências contidas nos textos, por uma remuneração condigna, por um número de horas de aulas considerado adequado e por uma “independência que dignifique o exercício da sua profissão”¹⁵.

Em síntese, na procura de uma legitimação e dignificação social da docência, o discurso dos porta-vozes associativos dos professores recorre, por um lado, às novas referências que remetem para o entendimento da actividade como profissão, pondo em destaque a importante missão social de que estaria investida, os fundamentos éticos do exercício, o carácter especializado do mesmo, o rigor e a longa duração da formação e a desejável autonomia dos profissionais, que os aproxima, assim, da figura do intelectual, ao mesmo tempo que o afasta da figura do funcionário; por outro lado, o referido discurso recorre, também, a referências mais associadas à tradição religiosa do ofício, tendente à sua sacralização, designadamente no que se refere ao entendimento dos professores como sacerdotes e missionários ou à ênfase da exemplaridade moral do mestre (Pintassilgo, 2002^b; 2005).

Modernidade e tradição surgem articuladas nestas manifestações – em fase embrionária - de uma retórica profissional docente, situação bem expressa, de resto, pela convivência dos modelos de justificação da profissão tal como são categorizados por Resende (2003): “doméstico”, “inspirado” e “cívico”.

A identidade profissional – entre projectos aglutinadores e um associativismo sectorial

Como já notámos, e foi desenvolvido noutro contexto (Pintassilgo, 2003), a pioneira, de entre as associações do ensino secundário, a Associação do Magistério Secundário Oficial, caracterizou-se por ser “uma agremiação de professores efectivos dos liceus”¹⁶, formulação essa que delimitava claramente o seu grau de abrangência, a elite dos professores do ensino secundário, o que nos conduziu a aproximar esta associação da “forma categorial” de que nos fala Robert (1995) e que este autor caracteriza da seguinte forma:

Qui dit association d’une catégorie particulière de professeurs dit, quasi automatiquement, construction de son identité contre une autre catégorie. Le principe fondateur des sociétés de catégorie consiste en effet à faire œuvre de critique et de séparation plutôt que de rapprochement, en mettant l’accent sur ce qui privilégie l’autre et sur ce qui, en conséquence, lèse l’intéressé (p. 155).

Era o princípio da “distinção” que estava, em certa medida, na base deste tipo de associativismo e que conduzia à tentativa de manter as distâncias em relação aos sectores ou às categorias consideradas menos prestigiadas ou recrutadas em bases tidas por menos legítimas, como era o caso dos chamados professores “interinos” dos liceus, alvo de constantes críticas no *Boletim*. O já referido princípio de distinção conduzia, igualmente, a um relacionamento difícil tanto com os professores das escolas industriais e comerciais – o subsistema menos prestigiado e socialmente discriminado do ensino secundário – como no que se refere aos professores de instrução primária.

Passando agora para o período republicano, se assistimos a uma certa alteração de perspectiva, o que acaba por predominar são as concepções anteriormente identificadas. O que marca a diferença, num primeiro momento, entre a associação, tal como reaparece em 1911, e a sua antecessora é a tentativa de alargamento dos sócios potenciais, passando a incluir “os professores efectivos das escolas de ensino profissional e técnico” e os professores “provisórios com direito a nomeação sem concurso” dos liceus do continente e ilhas, para além, naturalmente, do núcleo original - os “professores efectivos” dos referidos liceus. A associação – afirma-se no artigo de apresentação do seu renovado órgão – “alargou os seus domínios, que se especializavam no ensino secundário, e abraçou, numa justa compreensão de solidariedade de classe, o ensino profissional e técnico”, o que é

apresentado como um “progresso associativo”, capaz de insuflar “uma nova vida” na “associação de classe”. A justificação apresentada está em consonância com o espírito de “solidariedade” antes invocado: “Professores do liceu e professores das escolas industriais são todos professores oficiais. Em face da lei, têm a mesma categoria; moralmente têm os mesmos deveres, os mesmos direitos, idênticas responsabilidades”¹⁷. Esta mudança de perspectiva trouxe, como consequência, uma alteração na denominação, que passou a ser a de Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais. A circular enviada em Maio de 1911 aos professores termina com o seguinte apelo: “É pois duma inadiável necessidade, para o interesse do ensino, que representamos, que todos os professores se unam à volta da Associação”¹⁸.

Durante os primeiros anos desta nova fase da associação são visíveis, na verdade, os esforços tendentes à união de todos os sectores do professorado oficial. Na Assembleia-Geral de 19 de Abril de 1913 o tema é bastante discutido. Segundo a respectiva acta, o professor Adolfo Sena lança aí a ideia de se “formar uma associação de todos os professores de todos os graus e ramos de ensino”, tendo por base a própria associação¹⁹. Uma vez que a maioria dos sócios se manifestou nesse sentido, a direcção ficou com a incumbência de desencadear o processo de revisão dos estatutos tornado necessário para concretização da referida abertura. O tema voltou a ser discutido na Assembleia-Geral realizada no dia 19 de Novembro de 1913, mas, enquanto sócios, como Sá Oliveira, reitor do Liceu Pedro Nunes, defendem a formação de uma “Federação de Associações de Professores”²⁰, outros vislumbram, antes, “a integração da Associação do Magistério Secundário Oficial na nova Associação a fundar-se”²¹. Em todo o caso, é aprovada por unanimidade a proposta de convocação de uma reunião com “delegados de todas as escolas superiores do país e dos sindicatos dos professores primários para assentar nas bases duma grande associação do professorado oficial português”²². Essa reunião realizou-se, de facto, no dia 7 de Fevereiro de 1914, no antigo convento dos paulistas em Lisboa, e foi presidida pelo reitor da Universidade de Coimbra. Segundo o relato da mesma, a ideia da “formação de uma grande associação de professores oficiais de todos os graus e ramos de ensino ... foi aceite com entusiasmo por todos os presentes”, tendo-se formado uma comissão à qual foi atribuída a responsabilidade de dinamizar o processo, que, no entanto, acabou por nunca chegar a bom termo²³.

Nessa conformidade, a Assembleia realizada no dia 14 de Novembro de 1914, já consciente do falhanço do projecto aglutinador, retoma o processo de revisão estatutária, tendo-se a polémica centrado na seguinte questão: quem pode ter a qualidade de sócio ordinário da associação? Embora algumas vozes se tenham continuado a manifestar em prol de uma maior abertura, a posição dominante foi a contrária. O professor Eduardo Andreia defendeu, por exemplo, a posição de que a Associação deveria ser, “como a princípio, uma associação de professores de liceu”, não devendo ser nela admitidos, para o futuro, os restantes professores²⁴.

A justificação apresentada assentava no argumento de que os interesses dos professores dos liceus eram muitas vezes antagónicos dos interesses dos restantes professores. Num segundo momento, a discussão centrou-se noutra questão: podem ser sócios apenas os professores efectivos dos liceus ou também outras categorias, como os “provisórios, interinos, adidos, supranumerários, etc.”? O mais enfático a favor da primeira posição – que veio a ser aprovada - foi Sá Oliveira, tendo defendido “que a Associação deve ser uma associação de classe dos professores efectivos dos liceus” e deixando o voto de que “os outros professores se agridem como já o fizeram os professores dos liceus”²⁵.

A persistência do princípio de “distinção” e a renovada consagração da “forma categorial”, a que já nos referimos, acabam por marcar definitivamente as características do associativismo docente tal como se desenvolveu nas primeiras três décadas do século XX, em particular ao nível do ensino secundário. As desconfianças recíprocas entre professores dos liceus, das escolas técnicas e do ensino primário foram uma constante e constituíram um forte obstáculo à concretização de qualquer projecto unificador, o mesmo acontecendo em relação às diferentes categorias no âmbito da carreira do ensino liceal, com os professores efectivos a assumirem-se como a elite da classe e, como tal, seus representantes naturais.

O insucesso do referido projecto abriu caminho ao aparecimento de outras duas associações de professores do ensino secundário, uma delas agregando um sector dentro do ensino liceal – a Associação dos Professores dos Liceus do Norte, tendo por órgão a *Revista dos Liceus*, publicada ao longo do ano de 1916. De acordo com o artigo de apresentação da publicação, pretende-se “dar força às aspirações do professorado, aos legítimos interesses da classe”²⁶, afirmação que é um bom exemplo dos discursos produzidos tendo em vista a afirmação da identidade simbólica da chamada “classe”. A justificação da criação de uma nova associação, paralela à já existente, não põe em causa essa retórica da identidade:

Contamos com os benefícios da união; e não esquecemos que em Lisboa existe uma Associação do Magistério Secundário, com intuídos idênticos aos nossos; mas a dificuldade de comunicações e a conveniência de aproveitar esforços que se perdiam no Norte, por falta de um organismo ao alcance, levaram-nos à fundação da Associação e ao aparecimento desta Revista²⁷.

A segunda das referidas associações – a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais – iniciou a publicação do seu Boletim em Dezembro de 1921, tendo a mesma cessado no ano de 1927. Os discursos apelando à “união do professorado” e ao “inteligente esforço de todos” voltam, como nas suas congéneres, a marcar presença, embora a preocupação central seja a união dos professores do ensino técnico e profissional. O *Boletim* define-se a si próprio como um “pregão à consciência de todos para que nos unamos ma mais pura fé”²⁸ e algumas das iniciativas, como a organização de “um congresso de classe”, têm

em vista fazer “uma forte propaganda do ensino profissional”²⁹. Os Estatutos da Associação são claros tanto no que se refere às finalidades da mesma quanto à condição de sócio:

Art.2.º Esta agremiação tem por fim pugnar pelo progresso do ensino e pelos interesses morais e materiais da classe dos professores das escolas Industriais, Comerciais, Preparatórias, de Arte Aplicada, de Artes e Ofícios e aulas Comerciais.

Art.3.º Só podem ser admitidos como sócios os professores efectivos, contratados e tirocinantes das Escolas designadas no Art.2.º ³⁰.

Em face da “forma categorial” prevalente no ensino liceal, que já conduzira à sua exclusão da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, os professores do ensino técnico e profissional procuram organizar-se autonomamente e reforçar a sua própria identidade, ainda que numa perspectiva menos elitista do que os seus colegas do ensino liceal, ao admitirem no interior da Associação as diversas categorias de professores desse sector do ensino.

Como acabamos de ver, a luta em prol da construção de um sentimento de identidade profissional, ainda que sectorial, marca a actividade das três associações aqui referenciadas. Parece manifestar-se, de forma clara, a consciência de que a afirmação profissional destes sectores do professorado decorrerá, em parte, da sua capacidade para fomentar a partilha de um conjunto de valores e regras associadas ao bom exercício da profissão. Uma das mais interessantes estratégias usadas tendo em vista essa finalidade é a inclusão, nas respectivas publicações, de rubricas em que é prestada homenagem aos professores recentemente falecidos e é traçada uma breve biografia do homenageado, com destaque para as suas virtudes pessoais e profissionais. É uma espécie de panteão do professorado o que se procura concretizar, apresentando aos ainda vivos (e, em especial, aos mais novos) a exemplaridade, real ou imaginária, desses “heróis” da classe. Os porta-vozes dos professores mostram-se conscientes de que uma identidade, para frutificar, necessita de uma memória que idealize, articulando-a no tempo, a pertença à profissão.

Embora possamos encontrar referências aos “nossos mortos” nas três publicações aqui analisadas, essa estratégia é claramente mais valorizada no *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*. Vejamos alguns exemplos. Quando faleceu Agostinho de Carvalho, professor da Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio, o homenageado é considerado, no texto do seu colega Urbano de Castro, “um dos mais belos ornamentos” das nossas escolas, sendo-lhe atribuídas as seguintes principais virtudes: “o saber, o método, a bondade e a honestidade”. Esta lista é muito significativa, por articular conhecimento científico, conhecimento pedagógico e qualidades humanas, tanto no que diz respeito à interioridade da pessoa como à sua dimensão mais relacional. No que diz respeito à sua competência profissional, destaca-se, para além da sua

“vasta erudição”, o facto dela incorporar um “saber de experiência feito”, o que dá conta da importância atribuída à prática docente e às suas virtualidades formativas. No que se refere ao “método” elogiam-se, curiosamente, as suas “faculdades de dicção”. Mas, em consonância com as considerações anteriormente feitas sobre a noção de profissão prevalecente na “classe”, a componente mais valorizada da figura do homenageado é a que se refere ao seu perfil pessoal e moral e à sua irradiação, em particular junto dos seus alunos. Para além das já referenciadas, são-lhe apontadas outras virtudes, como o “carinho”, “doçura”, a “sinceridade”, a “ponderação”, a “sensatez”, a “justiça” ou a “bondade”. A finalidade moral do seu magistério é francamente elogiada:

Orador nato, elegante e correcto, dava a todas as suas palestras, conferências e lições uma feição acentuadamente moral, incitando com fulgor e arrebatamento ao culto do bem, do trabalho, da disciplina e do amor e verberando com fluência e transporte, o mal, a ingratitude, a perversidade e a desordem. Foi um dos mais fervorosos apóstolos da instrução, uma das mais autênticas glórias do professorado³¹.

Não importa tanto, no que a este retrato se refere, confirmar se ele se aproxima (ou não) da figura do homenageado, mas antes chamar a atenção para os traços essenciais do bom professor tal como surge idealizado nestes discursos. As raízes religiosas da profissão continuam muito presentes, em particular no que se refere às virtudes que devem caracterizar a figura do professor, o qual, como verdadeiro mestre, deve, através do exemplo e da exortação, formar a personalidade dos seus discípulos tendo por base as referidas virtudes morais (Pintassilgo, 2002^a).

Outro dos homenageados foi José Augusto Macedo de Oliveira, professor de Francês da Escola Industrial de Fonseca Benevides, considerado, por Eloy do Amaral, “um professor de autêntico merecimento e de invulgar competência” e “um investigador muito erudito”. O facto de ser um “espírito equilibrado” e de ser dotado “dum bom senso pouco vulgar” merece também referência. Mas são, em particular, “as belas qualidades de carácter” e a “perfeita estrutura moral” que são enfatizadas, com destaque para a sua “modéstia” e para o “rigoroso cumprimento dos seus deveres”³². António Maria de Vasconcelos Corte Real, antigo Director da Escola Preparatória de Mouzinho da Silveira, é descrito, pela pena de Francisco Torrinha, como tendo sido detentor de uma “cultura invulgar” e de um “tacto especial”, para além de se caracterizar pela sua “modéstia”, pela “dignidade do seu carácter” e pela “generosidade do seu coração”. Em síntese, “a sua vida encerra as mais belas lições de civismo”³³. Encontramos, de novo, nestes exemplos, a presença da competência científica e sua articulação com qualidades pedagógicas, tais como o “bom senso” e o “tacto”, noções estas que remetem para o entendimento da docência como arte ou como ofício, algo que a vai caracterizar na longa duração (Girão, 2005). A apresentação dos percursos vitais dos homenageados como “lições” para o futuro tem em vista, simultaneamente, a socialização dos jovens

professores com base em ideais partilhados por todos e a edificação de uma memória da profissão.

Não obstante esse esforço, bem como o trabalho de representação que lhe está subjacente, a imaginação de uma identidade confronta-se, no dia-a-dia da vida associativa, com dificuldades decorrentes daquele que parece ser um dos atributos permanentes da “classe”, ou seja, na pena de um dos articulistas da *Revista de Ensino Médio e Profissional*, a “paciente indiferença dos professores secundários, que nem para os seus interesses se unem”, o que o conduz a verberar os “indiferentes” ou “retraídos” que “circunscvem a sua vida professoral a darem as suas lições e a voltarem a casa, esquecidos de que a união faz a força”³⁴. O tom mantém-se na *Revista dos Liceus* onde, em artigo assinado por Abílio Barreiro, se criticam “a desunião e o excessivo individualismo” que caracterizam a atitude dos professores³⁵. Finalmente, no *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, Urbano de Castro nota que “a Associação não tem encontrado da parte dos sócios e da classe em geral o apoio que seria para desejar”, o que, segundo ele, se explicaria pelo seguinte: “o espírito associativo e de classe não penetrou ainda entre nós”³⁶. Os lamentos a este respeito serão uma constante, na sequência de situações como o atraso no pagamento das quotas, o reduzido número de participantes nas assembleias ou a fraca adesão em algumas das iniciativas desencadeadas, como constante parecerá ser a incapacidade de sucessivas direcções para mobilizarem mais amplamente os associados.

Agenda do associativismo docente e relação com o poder político republicano

O artigo «violências», publicado no primeiro número da *Revista de Ensino Médio e Profissional*, faz um levantamento dos principais problemas então sentidos pelos professores do ensino secundário e que são os referentes ao horário lectivo, à nomeação dos reitores e aos vencimentos³⁷. Outros artigos chamam a atenção para problemas relativos à carreira, designadamente os critérios para a nomeação de “professores provisórios”, uma fonte permanente de preocupação³⁸. O Relatório de 1912 da Direcção, inserto na mesma publicação, retoma alguns destes temas e dá conta das principais iniciativas desenvolvidas no sentido da sua resolução. O horário dos professores havia passado de 12h para 14h em 1908 e agora projectava-se o seu aumento para as 18h com as respectivas implicações no pagamento das horas de “gratificação extraordinária”, um sistema que permitiria aos professores um aumento dos seus proventos. No que se refere aos reitores, protesta-se contra o projecto, apresentado à Câmara dos Deputados, visando substituir a sua eleição, a cargo dos Conselhos Escolares, pela nomeação governamental. A Associação argumenta com a necessidade desse cargo ser desempenhado por pessoas de “reconhecida competência pedagógica” e que a ele acedem por via da concretização de um “princípio de sã democracia”³⁹.

Acerca destes vários problemas haviam sido elaboradas “representações” e enviadas ao governo ou ao parlamento. Esta é, de resto, a estratégia privilegiada pela Associação, juntamente com o pedido de audiências. Confiava-se na pressão a exercer junto do poder político para que fossem tomadas medidas favoráveis aos interesses do professorado. A Associação também dá conta do seu interesse pelos aspectos mais gerais da política educativa, manifestado, por exemplo, numa “representação” em que se reivindica a criação do Ministério da Instrução Pública – o que veio a acontecer a breve trecho – e a concretização de uma reforma do ensino secundário⁴⁰. As queixas dos professores contra a “exiguidade dos seus vencimentos” são recorrentes nas páginas da revista, que chama a atenção para as implicações negativas dessa situação, designadamente a acumulação de “horas suplementares” e a dedicação paralela “a outro mister”. A profissão do magistério - constata J. J. Nunes - “não tem nada de risonho”⁴¹. O professor Sá Marques, em sede de Assembleia-Geral, “alude à má vontade que há contra os professores”⁴². O destaque dado à vida dos professores, tida por miserável, em contraste com a elevada missão social de que estariam investidos, decorre de uma estratégia que tem em vista a dignificação social da profissão usando, para tal, principalmente, formas de persuasão junto do poder político.

A procura de alguma cumplicidade, a que antes se aludiu, interligada com a crença de que a via negocial constituía a melhor maneira de atingir os objectivos da classe (por via das “representações”, audiências, etc.), não vai obstar à tomada de posições gradualmente mais radicais em relação aos governos republicanos. De chamadas de atenção, como a de que “os poderes públicos já de longa data não têm apreciado, como merece, tão prestimosa classe”⁴³, passa-se a um registo bem mais violento, como o expresso num artigo de 1915:

O Ministério da Instrução vive hoje produzindo os mesmos abortos de sempre, atropelando a lei a bel-prazer dos seus dirigentes, perseguindo professores pelos mesmos delitos políticos, arrojando-se no caminho da mais aberta e clara protecção àqueles que lhe são afectos, em prejuízo dos desafectos. De que valem competências, bons serviços públicos, devoção ao cargo, perante o querer do Ministério⁴⁴.

A crença inicial nas virtualidades redentoras da República e, em particular, nas vantagens a trazer pelo almejado Ministério da Instrução Pública (criado, de facto, em 1913), rapidamente se desvanecera. Os principais problemas dos professores, tais como são identificados nos discursos dos porta-vozes da classe, vão manter-se ao longo desse período e o acesso aos novos governantes continuará a não ser fácil, a crer nos lamentos frequentes dos dirigentes associativos. Num outro artigo do mesmo ano de 1915, José Santa Rita resume o estado de espírito dos professores: “é uma desilusão para os que julgavam que o Ministério da Instrução iria pôr a ordem e o método no caos e desordem que outrora selavam a instrução pública”⁴⁵.

Os problemas identificados pela Associação dos Professores dos Liceus do Norte (ordenados, horas de trabalho, etc.) são, no essencial, idênticos aos já referenciados, decorrentes do posicionamento da Associação do Magistério Oficial, bem como similares são as estratégias utilizadas para a consecução dos seus objectivos, assentes na elaboração de “representações” e na realização de “conferências” com governantes. A desilusão sentida não é menor, como se pode verificar pela constatação de que “a criação do Ministério da Instrução Pública não correspondeu às esperanças com que foi acolhida”⁴⁶, pela crítica à “repressão burocrática” subjacente à aplicação do regulamento disciplinar dos funcionários públicos⁴⁷ e pelas referências ao desprestígio das instituições, “ainda que essas instituições sejam republicanas”, e à “inconsciência dos governos relativamente à instrução”⁴⁸. Quanto a iniciativas diferentes, temos a assinalar o projecto de criação de uma “cooperativa de consumo para os professores de todas as classes de ensino, oficial e particular, e empregados dos estabelecimentos de ensino”⁴⁹, que teve os seus estatutos aprovados em Assembleia-Geral da Associação⁵⁰ e, segundo o relatório de 1916, terá começado logo “a produzir os seus benefícios”⁵¹. O facto da *Revista dos Liceus* ter interrompido a sua publicação não permite verificar se foi dada continuidade a esta iniciativa.

Finalmente, importa fazer uma referência à actividade da Associação dos Professores do Ensino Industrial e Comercial. Muitos dos problemas são comuns, designadamente os referentes aos vencimentos, ao pagamentos de horas extraordinárias, a diversos aspectos da carreira docente (provimentos, concursos, etc.), havendo um ou outro com alguma especificidade, como a defesa da reforma de 1918 do ensino técnico, considerada uma das “grandes reformas” do “regime republicano”⁵². Igualmente se mantêm as estratégias privilegiadas – “entrega de representações” e “reuniões com sucessivos Ministros do Comércio”, entidade de tutela destas escolas. As dificuldades são referidas com detalhe, designadamente as colocadas pela “consecutiva mudança de Ministros”⁵³, reflexo da instabilidade congénita à 1ª República, e pelas “fastidiosas horas de espera nas antecâmaras ministeriais”. O balanço é o de uma colaboração falhada: “essas entidades superiores, triste é confessá-lo, conservam-se numa condenável apatia, numa cómoda resistência burocrática”⁵⁴.

Não é de estranhar, assim, a naturalidade com que é encarada inicialmente a instauração, em 1926, da Ditadura Militar: “Tinha-se, no entretanto, produzido o movimento militar de 28 de Maio e a vossa Direcção julgou azado o momento para instar, junto do Governo, então na plenitude de todos os poderes, pela satisfação das mais urgentes e inadiáveis aspirações da classe”⁵⁵. Em Agosto realizou-se, de facto, a reunião com o novo ministro (Tenente-Coronel Passos e Sousa), tendo-lhe sido entregues as habituais “representações”, mas os resultados continuaram a não ser visíveis: “Mais uma vez a voz do professorado – *vox clamantis in deserto* – não foi atendida”⁵⁶. Torna-se clara a recusa de formas de luta mais radicais, por exemplo, nas “reservas” assumidas perante o “movimento do funcionalismo público” e, em

particular, na decisão da Direcção da Associação de “alhear-se da questão” da “greve iniciada em 4 de Março e terminada em 10 do mesmo mês”⁵⁷. Não obstante os baixos vencimentos recebidos, os professores do ensino secundário consideram-se uma espécie de elite da classe e sentem-se mais confortáveis desenvolvendo estratégias de sedução do poder político do que afrontando-o directamente.

Uma das mais interessantes iniciativas da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais vem, curiosamente, na linha do mutualismo, forma assumida por várias das primeiras experiências associativas docentes. No artigo de homenagem ao professor Vasco Valdez lamenta-se o facto da sua morte ter deixado no desamparo quatro filhos menores, em face da impotência dos colegas, pela inexistência de uma “caixa de socorros”⁵⁸. Passado algum tempo surge a proposta, num artigo de Adrião Castanheira, de criação de um Cofre, baptizado de «In Memoriam», de forma a minorar, através da “solidariedade” dos restantes professores, “a dor material dos que perdem alguém que, no árduo caminho do professorado, nos acompanhou”⁵⁹. O Cofre seria formado a partir de um contributo inicial de 5 escudos por sócio, a reverter para a família do sócio que viesse a falecer e renovável em cada um desses momentos. No Relatório da Direcção relativo ao ano de 1923 dá-se conta das iniciativas tomadas no sentido da institucionalização do referido Cofre e da aprovação do respectivo regulamento⁶⁰. No relatório de 1926 do Tesoureiro informa-se que “foi entregue à família do nosso falecido colega Paulo Emílio a quantia de Esc. 903\$00, total das cotas subscritas até essa data para o Cofre «In Memoriam»”. Esse dirigente associativo aproveita para lastimar o facto de que “nem todos os sócios tenham compreendido ainda as vantagens que lhes vêm da sua inscrição num Cofre”⁶¹. No momento, estavam inscritos no Cofre apenas 67 dos 238 sócios da Associação.

Conclusão

Que concluir no final deste percurso? A análise dos órgãos das três associações de professores do ensino secundário existentes durante a I^a República permitiu-nos confirmar a ideia de que há uma relação estreita, ainda que complexa, entre o desenvolvimento do associativismo docente, a afirmação das preocupações de natureza profissional e o investimento na construção de formas de identidade. A organização associativa tardia destes professores, o facto de constituírem um grupo pouco numeroso, de - no caso dos professores do ensino liceal - ensinarem uma elite e de possuírem um relativo prestígio social – ainda que sem relação directa com os vencimentos recebidos - são algumas das especificidades deste sector do professorado, que fazem com que se desenvolva um tipo de associativismo distante do sindicalismo e, também, só parcialmente mutualista. Os professores do ensino secundário não se identificam (ao contrário dos seus colegas do ensino primário) com um modelo sindical reivindicativo, mas continuam distantes dum modelo especificamente profissional, mesmo quando buscam uma autonomia

acrescida, se consideram detentores de um saber especializado ou desenvolvem representações sobre o ideal de serviço que os mobiliza, dificuldade essa que advém, em parte, do estatuto de funcionários a que se obrigam (mesmo quando o recusam). É um associativismo de referências múltiplas e conflituais, em que a criação de sindicatos não parece compatível com o estatuto de profissionais a que aspiram. A questão da greve nem se lhes coloca nesta fase. Como diz Robert (1995), tendo como referência o caso francês: “L’esprit syndicaliste ne s’est pas encore véritablement implanté parmi eux ... l’idée syndicale paraît tellement subversive, tellement incompatible avec la dignité de cette élite que représente encore le corps professoral » (pp. 56-57). Daí a ambivalência das suas associações, como é o caso das aqui estudadas. O carácter reivindicativo não deixa de ter alguma expressão – em especial no que se refere ao aumento de vencimentos e ao horário de trabalho –, mas as associações procuram assumir-se, principalmente, como lugar de reflexão sobre o ofício e grupo de pressão sobre o poder. Como nota A. Nóvoa (1987), “l’un des traits les plus saillants du mouvement associatif des enseignants de 1901 à 1933 est l’organisation autonome par catégories professionnelles » (II, p. 720). Daí que seja muito nítida a divisão entre professores do ensino liceal e professores do ensino técnico que formam as respectivas associações, saindo frustrados os esforços desenvolvidos no sentido da união. Ao nível do ensino liceal, é nítida a preocupação dos professores efectivos de se afirmarem pela distinção, o que leva à exclusão das categorias mais baixas. Não obstante a existência de referências comuns, é o esforço de construção de identidades múltiplas que se torna mais visível ao longo deste percurso.

Notas

- ¹ Nunes, J. J. (1913). A situação do professor secundário. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 76.
- ² Vasconcelos, B. (1916, Abril). A situação económica dos professores dos liceus. *Revista dos Liceus*, 4, 111.
- ³ Santa Rita, J. (1915). A propósito de provisórios e estagiários. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 18.
- ⁴ Nunes, J. J. (1913). A situação do professor secundário. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 76.
- ⁵ Leitão, C. A. M. (1921, Dezembro). O nosso boletim. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 3.
- ⁶ Sá, M. V. (1914). Um sistema de educação. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 4, 120.
- ⁷ Santa Rita, J. (1915). A propósito de provisórios e estagiários. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 19.
- ⁸ Sá, M. V. (1915). Provincianismos. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 3, 26.
- ⁹ Santa Rita, J. (1915). A propósito de provisórios e estagiários. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 19.
- ¹⁰ Vasconcelos, B. (1916, Abril). A situação económica dos professores dos liceus. *Revista dos Liceus*, 4, 112.
- ¹¹ Rodrigues, F. A. X. (1913). Um projecto de reforma da instrução secundária. Duas palavras sobre o projecto. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 22.
- ¹² Moura, L. (1916, Janeiro). Situação actual dos professores dos liceus. *Revista dos Liceus*, 1, 8.
- ¹³ Castanheira, A. (1922, Junho). Regulamento do Cofre «In Memoriam». *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 2, 68.
- ¹⁴ Santa Rita, J. (1915). A propósito de provisórios e estagiários. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 19.
- ¹⁵ Ramos, J. O. (1916, Janeiro). A que vimos? *Revista dos Liceus*, 1, 3.
- ¹⁶ Estatutos da Associação do Magistério Secundário Oficial (1904, Outubro - Dezembro). *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*, 1-3, 80.

- ¹⁷ Nossa revista (A) (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 1.
- ¹⁸ Direção (A) (1913). Circular - convite. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 47.
- ¹⁹ Assembleia-Geral. Acta nº 18 (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 85.
- ²⁰ Assembleia-Geral. Acta nº 19 (1914). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 4, 131.
- ²¹ Direção (A) (1914). Explicando. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 4, 129.
- ²² Direção (A) (1914). Explicando. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 4, 129.
- ²³ Reunião do professorado oficial (1914). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 4, 133-134.
- ²⁴ Assembleia-Geral. Acta nº 22 (1915). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 35.
- ²⁵ Assembleia-Geral. Acta nº 22 (1915). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 36.
- ²⁶ Ramos, J. O. (1916, Janeiro). A que vimos? *Revista dos Liceus*, 1, 2.
- ²⁷ Ramos, J. O. (1916, Janeiro). A que vimos? *Revista dos Liceus*, 1, 2.
- ²⁸ Leitão, C. A. M. (1921, Dezembro). O nosso boletim. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 3.
- ²⁹ Relatório da Direção (1921, Dezembro). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 10.
- ³⁰ Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais. Estatutos (1921, Dezembro). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, contra -capa.
- ³¹ Castro, J. U. (1922, Junho). Agostinho de Carvalho. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 2, 61.
- ³² Amaral, E. (1922, Junho). Prof. José Augusto Macedo de Oliveira. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 2, 74-75.
- ³³ Torrinha, F. (1927, Setembro). Prof. António Maria de Vasconcelos Corte Real. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 10-12, 345-346.
- ³⁴ Violências (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 18-19.
- ³⁵ Barreiro, A. (1916, Janeiro). O Ministério da Instrução Pública e o Ensino Secundário. *Revista dos Liceus*, 1, 13.
- ³⁶ Castro, J. U. (1921, Dezembro). Vasco Ferreira Valdez. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 24-25.
- ³⁷ Violências (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 18-19.
- ³⁸ Professores provisórios (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 65.
- ³⁹ Relatório da Direção (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 41-44.
- ⁴⁰ Relatório da Direção (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 41-44.
- ⁴¹ Nunes, J. J. (1913). A situação do professor secundário. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 76-77.
- ⁴² Assembleia-Geral. Acta nº 18 (1913). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 85.
- ⁴³ Nunes, J. J. (1913). A situação do professor secundário. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 2-3, 77.
- ⁴⁴ De mal a pior (1915). *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 1.
- ⁴⁵ Santa Rita, J. (1915). A propósito de provisórios e estagiários. *Revista de Ensino Médio e Profissional*, 1, 19.
- ⁴⁶ Ramos, J. O. (1916, Janeiro). A que vimos? *Revista dos Liceus*, 1, 2.
- ⁴⁷ Moura, L. (1916, Janeiro). Situação actual dos professores dos liceus. *Revista dos Liceus*, 1, 6.
- ⁴⁸ Barreiro, A. (1916, Janeiro). O Ministério da Instrução Pública e o Ensino Secundário. *Revista dos Liceus*, 1, 12-13.
- ⁴⁹ Loff, A. (1916, Janeiro). Uma iniciativa, *Revista dos Liceus*, 1, 33.
- ⁵⁰ Uma cooperativa de consumo para professores e empregados dos estabelecimentos de ensino (1916, Março). *Revista dos Liceus*, 3, 95-96.
- ⁵¹ Relatório da Direção e da Comissão Pedagógica e Parecer do Conselho Fiscal (1916, Outubro - Dezembro). *Revista dos Liceus*, 8-10, 78.
- ⁵² Péllico Filho, S. (1923, Junho). Doutor Azevedo Neves. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 4, 134.
- ⁵³ Relatório da Direção (1921, Dezembro). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 19.

- ⁵⁴ Relatório da Direcção (1922, Junho). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 2, 82-83.
- ⁵⁵ Relatório da Direcção (1926). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 8-9, 300.
- ⁵⁶ Relatório da Direcção (1926). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 8-9, 316.
- ⁵⁷ Relatório da Direcção (1921, Dezembro). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 9.
- ⁵⁸ Castro, J. U. (1921, Dezembro). Vasco Ferreira Valdez. *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 1, 24.
- ⁵⁹ Castanheira, A. (1922, Junho). Regulamento do Cofre «In Memoriam». *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 2, 69.
- ⁶⁰ Relatório da Direcção (1923, Dezembro). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 5, 180.
- ⁶¹ Relatório do Tesoureiro (1926). *Boletim da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais*, 8-9, 318.

Referências Bibliográficas

- Bento, G. (1973). *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1891 a 1932*. Porto: Edição do autor.
- Galeão, T. (2006). *O professorado liceal no final do Estado Novo. Representações dos professores* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Girão, L. (2005). «Tacto», «bom senso» e «prudência» nos manuais de pedagogia e didáctica do magistério primário: a dimensão hermenêutica do trabalho do professor (Portugal, 1870-1950) (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Gordon, P. (Ed.) (1987). *Is teaching a profession?* London: Institute of Education – University of London.
- Grácio, R. (1995/96). *Obra completa* (3 vols.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, A. R. (1970). *Educação, acto político*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle)* (2 vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (Dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX – XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Pintassilgo, J. (2002^a). A construção de uma deontologia profissional dos professores do ensino liceal português. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1-3, 429-447.
- Pintassilgo, J. (2002b). Ser professor de liceu no Estado Novo português. O discurso dos professores na imprensa pedagógica. *História da Educação*, 6 (12), 17-37.
- Pintassilgo, J. (2003). Os primórdios do associativismo docente do ensino liceal português (1904-1908). As representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Cadernos de História da Educação*, 2, 15-25.
- Pintassilgo, J. (2005). A profissão e a formação no discurso dos professores do ensino liceal. In L. N. Xavier; M. M. C. Carvalho; A. W. Mendonça; & J. L. Cunha (Org.). *Escola, culturas e saberes* (pp. 56-73). Rio de Janeiro: Editora FGV / Sociedade Brasileira de História da Educação.
- Pintassilgo, J. (2007). Associativismo docente e construção da identidade profissional no contexto do Estado Novo. O exemplo do «Sindicato Nacional de Professores» entre o final dos anos 50 e o início dos anos 70. *Pensar a Educação*, 9-32.
- Resende, J. M. (2003). *O engrandecimento de uma profissão. Os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ricardo, M. M. C. (2004). A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo – Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES). *Revista Lusófona de Educação*, 4, 133-138.
- Robert, A. (1995). *Le syndicalisme des enseignants, des écoles, collèges et lycées*. Paris : CNDP / La Documentation Française.
- Tavares, M. (2004). Escola e sindicalismo docente: os Grupos de Estudo nos Cadernos «O Professor». *Revista Lusófona de Educação*, 4, 139-146.